

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

ARGENTINA: POLÍTICAS ECONÔMICAS E MERCOSUL

Marcio Nery Costa Neto

No. de Matricula: 0611300

Orientadora: Eliane Gottlieb

Junho de 2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

ARGENTINA: POLÍTICAS ECONÔMICAS E MERCOSUL

Marcio Nery Costa Neto

No. de Matrícula: 0611300

Orientadora: Eliane Gottlieb

Junho de 2011

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, sobretudo a minha família que sempre unida me estimula e me inspira com inúmeros exemplos de vida.

Aos meus amigos pelo prazer do convívio

Aos professores da PUC-Rio, e em especial a Eliane Gottlieb.

Ao meu irmão cuja alegria e sorriso estarão sempre presentes na minha trajetória.

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução

Capítulo 2 – Aproximação Brasil-Argentina e Criação do MERCOSUL

Capítulo 3 – Políticas Econômicas da Argentina

Capítulo 4 – Comparação com o caso brasileiro

Capítulo 5 – Medidas Protecionistas Argentinas

Capítulo 6 - Conclusão

Referencias Bibliográficas

TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Variação anual da inflação na Argentina – IPC (%a.a)

Tabela 2 - Variação anual da inflação no Brasil – IGP-DI (%a.a)

Gráfico 1 – Variação anual da inflação na Argentina – IPC (%a.a) – 1970-1989

Gráfico 2 – Variação anual da inflação na Argentina – IPC (%a.a) – 1986-2001

Gráfico 2.1 – Taxa anual média de desemprego na Argentina – CEPAL – 1980-2002

Gráfico 3 - Variação anual da inflação no Brasil – IGP-DI (%a.a) – 1970-1994

Gráfico 4 - Variação anual da inflação no Brasil – IGP-DI (%a.a) – 1986-2010

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

O livre comércio está diretamente ligado a uma eficiência maior dos mercados, aos ganhos dinâmicos de uma economia, com escala de produção e aprendizado. Com esse intuito foi criado o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), após um longo percurso e seguidos acordos. O processo de integração entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai teve seu início marcado pela aproximação destes dois primeiros países, por sua localização geográfica e interesses comuns.

O primeiro passo, a Ata de Foz do Iguaçu, foi dado em 1985, pelos presidentes José Sarney, do Brasil, e Raul Alfonsín, da Argentina. Seguiram-se a Ata para a Integração Argentino-Brasileira em 1986, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988, a Ata de Buenos Aires de 1990, e por fim, o Tratado de Assunção que em 1991, incorporou o Paraguai e o Uruguai, constituindo o MERCOSUL.

Ao mesmo tempo, destacam-se as dificuldades vividas isoladamente pela Argentina antes, durante e depois desse processo de integração. Na década de 50, o PIB argentino era superior ao brasileiro, e assim se manteve até meados dos anos 60. A partir de 1976, ano em que se iniciou a ditadura militar, houve um significativo declínio econômico em função de uma liberalização financeira que acabou com o sistema industrial, destruiu os alicerces científicos e tecnológicos e aumentou a dívida externa. A situação se agravou após o segundo choque do petróleo em 1979, que obrigou o então presidente do FED, Paul Volcker, a aumentar a taxa de juros básica de curto prazo para combater a inflação norte-americana. O resultado foi uma recessão mundial e uma crise da dívida nos países em desenvolvimento, como foi o caso da Argentina, que também sofria com a hiperinflação.

Entre as medidas da reforma institucional pela qual se buscou combater a inflação argentina, destaca-se a Lei da Conversibilidade de 1991, que determinou a conversibilidade total do peso em dólares norte-americanos à taxa de um para um. Através dessa lei, foi possível reduzir a emissão de moeda para o financiamento do déficit público, pois também estabeleceu o lastreamento da base monetária em ouro ou em moeda estrangeira. Dessa maneira, controlou-se a inflação e a economia cresceu.

Porém o desemprego e o déficit em conta corrente marcantes na década de 90, somados à crise mundial de 2001 e à escassez de crédito internacional, obrigaram a Argentina a abandonar a política de taxa de câmbio fixa. Novamente o país se inseria num contexto de depreciação da moeda, inflação alta e forte dívida externa, e passaria a viver nos próximos anos sua pior crise desde 1930. Com a desvantagem competitiva em função da depreciação, medidas compensatórias foram adotadas, inclusive contra países do bloco regional.

Portanto, pode-se notar que o objetivo inicial desse acordo de livre comércio ficou prejudicado. Seja por falta de coordenação macroeconômica dos países envolvidos, ou por medidas protecionistas adotadas isoladamente, o nível de integração pretendido não foi alcançado até o presente momento.

Por exemplo, através da Cláusula de Adaptação Competitiva, permitiu-se a utilização de salvaguardas no bloco e dessa maneira a Argentina defendeu sua indústria das importações brasileiras estabelecendo quotas, desde a desvalorização do real em 1999. A proposta inicial dessa cláusula foi alterada e instituiu-se o Mecanismo de Adaptação de Competitividade, para evitar o prolongamento deste tipo de barreira. Além disso, é permitida a aplicação de direitos antidumping e medidas compensatórias entre os países. Sendo assim, é importante analisar até que ponto as dificuldades argentinas a obrigaram a criar instrumentos de proteção que atravancam o MERCOSUL.

Para tal, será feita uma análise das políticas monetárias e cambiais, principalmente da década de 90, e seus reflexos sobre o MERCOSUL. Bem como, uma comparação com as políticas brasileiras equivalentes e respectivos efeitos no bloco. E por último, evidenciar os movimentos protecionistas e a maneira pela qual poderiam ser evitados.

CAPÍTULO 2

APROXIMAÇÃO BRASIL-ARGENTINA E A CRIAÇÃO DO MERCOSUL

A aproximação entre Brasil e Argentina, em meados da década de 80, foi o primeiro passo dado para a formação de um bloco regional na América do Sul. Anteriormente, durante os regimes militares de ambos os países, havia um distanciamento em função de divergências políticas. Obstáculos impostos pela disparidade de interesses econômicos, como a construção da hidrelétrica de Itaipu e de Corpus no Rio Paraná, foram minimizados pela necessidade de uma atuação conjunta no campo multilateral.

Inseridos no contexto da Guerra Fria, ambos os países eram contra a assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, de caráter discriminatório. Portanto, uma coordenação nesse momento significaria mais força para a legitimação de cada uma das políticas nucleares independentes, ambas baseadas na utilização desse tipo de energia para fins pacíficos. Para tal cooperação, durante o governo Figueiredo em 1980, foi assinado o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. Dessa maneira, deu-se seguimento ao desenvolvimento de tecnologias nacionais para enriquecimento do Urânio. Ao obter sucesso nesse objetivo, em 1983, sem ajuda de países industrializados, a Argentina pôde equiparar seu poder ao do Brasil, e dessa forma exercer papel significativo na integração regional.

Somente após o fim dos regimes militares, argentino (1983) e brasileiro (1985), foi retomada uma aproximação econômica dos dois países de forma mais efetiva. A conjuntura era marcada pela crise da dívida externa, por uma inflação elevada, pela evasão de divisas, pelo aumento de políticas protecionistas nos países desenvolvidos e por uma instabilidade econômica, comum às duas nações. Suscitava, portanto, uma união para aumentar a força das decisões e reduzir a vulnerabilidade de suas economias em relação a políticas econômicas estrangeiras. Nesse sentido, em novembro de 1985, os presidentes José Sarney e Raul Alfonsín assinaram a Ata de Foz do Iguaçu.

Além de combater a dívida externa e promover o desenvolvimento econômico, a Ata tinha como objetivo fortalecer a democracia. O relacionamento bilateral envolveria

cooperação no combate ao tráfico de drogas, no campo científico e tecnológico e complementaridade dos sistemas de transporte e comunicação. Foi criada uma Comissão Mista de Alto Nível para a Cooperação e Integração Econômica Bilateral, formada pelos Ministérios das Relações Exteriores e representantes do governo e de empresas dos dois países, com a função de propor projetos de integração econômica.

No ano seguinte, foi assinada a Ata para a Integração Argentino-Brasileira pelos mesmos presidentes que assinaram o acordo anterior. Dessa vez, o objetivo era aumentar a projeção internacional de ambos os países e, ainda, promover o desenvolvimento econômico, através do Programa de Integração e Cooperação Econômica - PICE. A incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo era a peça chave, pois aumentaria a competitividade das exportações brasileiras e argentinas.

Um espaço tecnológico comum somado à aproximação de setores industriais diferentes seria responsável por um incremento na renda. Buscava-se a autonomia e a soberania, através de uma menor dependência externa. Nesse acordo, fica mais clara a intenção de expandir a integração a outros países da América Latina por meio dos princípios de flexibilização (no ritmo), gradualismo (etapas anuais), simetria (harmonizar políticas) e equilíbrio dinâmico (integrar diferentes setores).

O terceiro passo foi dado em novembro de 1988, com o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. A principal resolução foi o estabelecimento de uma meta para a criação de um espaço econômico comum entre Argentina e Brasil no prazo de dez anos. A cooperação em diversos setores foi abordada nos 24 protocolos específicos assinados, eliminando barreiras comerciais desde o setor agrícola até o de bens de capital.

Porém, o prazo para se estabelecer esse espaço econômico comum foi reduzido pelos presidentes Fernando Collor e Carlos Menem, com a Ata de Buenos Aires de 1990. O objetivo de criação de uma Área de Livre Comércio, agora claro, tinha data limite: 31 de dezembro de 1994. Os 24 protocolos do tratado de 1988 foram incorporados à Ata de Buenos Aires no final do ano de 1990, pelo Acordo de Complementação Econômica nº14.

A criação do MERCOSUL ocorreu de fato com o Tratado de Assunção em março de 1991. Agregou-se Paraguai e Uruguai ao projeto de implementar uma Área de Livre

Comércio. O Tratado tinha a ambição de que essa ALC evoluísse para um Mercado Comum, com livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, tarifa externa comum e uma coordenação de políticas macroeconômicas entre os países integrantes.

CAPÍTULO 3

POLÍTICAS ECONÔMICAS ARGENTINAS

Paralelamente a essa aproximação regional com países vizinhos, a Argentina passava por problemas econômicos no final da década de 80. A instabilidade política da década anterior, com o regime militar, foi fator preponderante para a falta de políticas macroeconômicas efetivas. Além disso, quase todos os autores sobre o tema ressaltam o desastroso impacto das crises do petróleo, que pressionou os preços no país.

Foi também nos anos 70 que ocorreu o primeiro choque do petróleo. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo, conhecida como OPEP, foi responsável pelo aumento considerável do preço do barril em 1973. Para controlar a inflação, os países industrializados subiram suas taxas de juros básicas, freando sua atividade. Já nos países em desenvolvimento, como a Argentina, houve uma deterioração dos termos de troca, uma diminuição na capacidade de importar e um aumento do déficit comercial.

Com um golpe militar, em 1976, Jorge Rafael Videla chega ao poder e conduz a economia argentina sob o ideal de livre-comércio e o foco na exportação de produtos primários, exaltando a agropecuária e preterindo a indústria. A liberalização financeira incluía eliminar a regulação sobre investimentos estrangeiros, sobre exportações e sobre controle de preços. Entre as outras medidas, estavam o congelamento de salários, a redução das tarifas de importação, a desvalorização do câmbio e a eliminação de subsídios às exportações.

Apesar da redução da inflação, as conseqüências dessa condução de política econômica foram o freio no consumo, com os salários congelados, e uma distribuição de renda desigual. Outra contrapartida das medidas liberais foi a valorização da moeda, que provocou um aumento das importações e agravou o endividamento externo. Sendo assim, a abertura da economia da década de 70 teve implicações negativas que custaram a ser solucionadas.

Ainda sob o governo Videla, em 1979, tentou-se reduzir diminuir os impactos da abertura comercial que estava sendo promovida. A indústria automobilística recebia tratamento especial com proteção aduaneira, e aumentou-se o controle do estabelecimento de novas indústrias através de uma lei. Porém, essas medidas não

foram suficientes para controlar o desequilíbrio comercial provocado pelo surto de importações, que trouxe ao mercado argentino produtos altamente competitivos prejudicando a indústria.

O cenário de dependência externa se agravou, em 1979, com o segundo choque do petróleo. Interrompeu-se o fluxo de capital externo para a Argentina, e mais uma vez os países desenvolvidos se viram obrigados a aumentar os juros, acentuando a dívida externa. Com a demanda retraída, o fluxo de importação desses países diminuiu, lesando ainda mais a indústria nacional e acentuando novamente o déficit em conta corrente.

Tampouco era possível contrair novos empréstimos com os níveis de taxas de juros em vigor, que atraíam recursos para os países industrializados. Ademais, era ainda maior o risco de investir em um país devedor, pois as chances de não saldar suas dívidas eram cada vez menores. Como foi o caso do México, que incapaz de fazê-lo, declarou moratória em 1982, instaurando uma duradoura restrição de crédito aos países em desenvolvimento, conhecida como Crise da Dívida latino-americana.

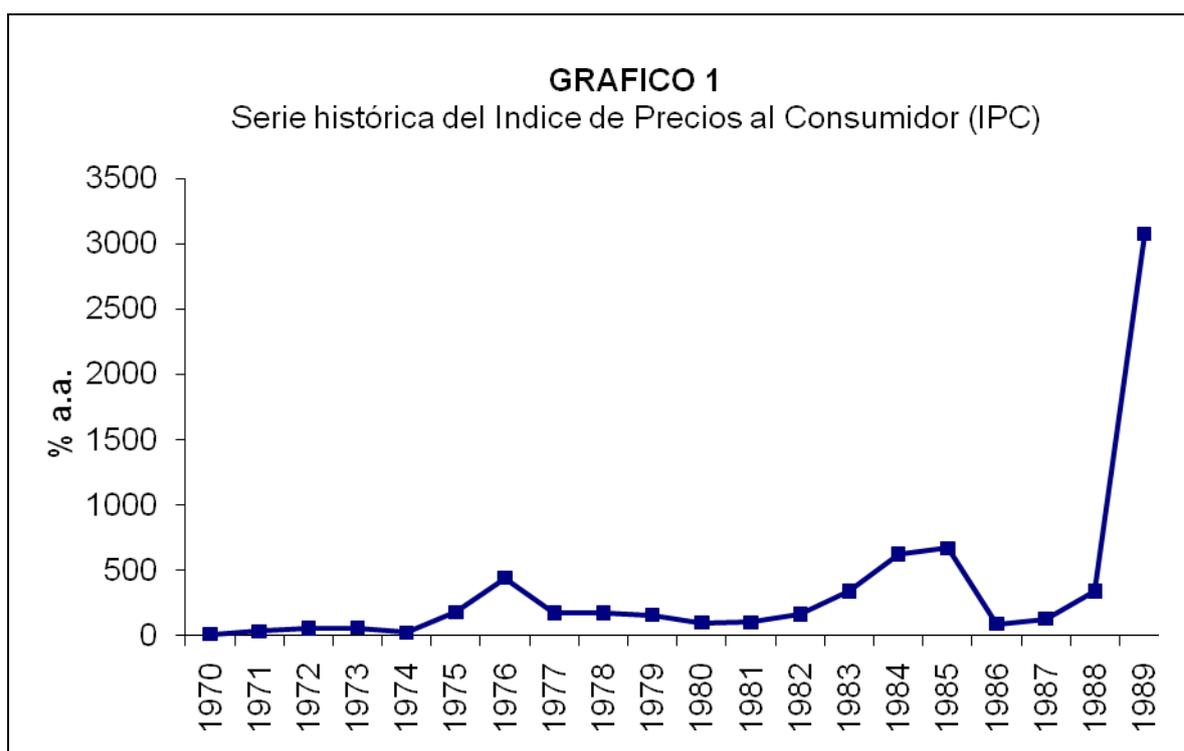
Toda essa problemática ainda era presente ao fim do regime militar, quando Raul Alfonsín assume o governo em 1983. Aprovado dois anos mais tarde, o Plano Austral foi o primeiro conjunto de medidas econômicas que tentou solucionar as dificuldades pelas quais o país passava. O principal foco do plano era o combate à inflação.

Para tal houve uma mudança da moeda nacional, que passou a ser o Austral, instituída através de um mecanismo de conversão. Os setores caracterizados por oligopólios passaram a ter seus preços controlados no longo prazo, a indexação foi eliminada, não poderia mais haver emissão de títulos para financiar o déficit fiscal e foi estabelecida uma meta para redução deste déficit. Congelaram-se os salários, preços, taxa de câmbio e tarifas, e a taxa de juros foi mantida em um patamar alto para atrair investimentos estrangeiros.

O sucesso do plano foi limitado, e a estabilidade econômica durou pouco tempo. Quesada (1997) atribui à razão do fracasso três deficiências estruturais: o déficit fiscal, a falta de regulação do sistema financeiro e os serviços públicos ineficientes. Com a efetividade reduzida, as medidas logo se mostraram insuficientes para manter a inflação controlada, e esta rapidamente voltou a subir.

Em seguida, veio o Plano Primavera cujo objetivo era diminuir os gastos do governo, assim como contrair emissões monetárias. Medidas impopulares como redução dos benefícios da previdência social, privatizações e congelamento de salários fizeram com que o plano perdesse o apoio dos agentes econômicos e conseqüentemente fracassasse. Enquanto isso, os preços continuavam a subir culminando num quadro grave de hiperinflação em 1989. Os planos seguintes, *Bunge y Born* e *Bonex*, pouco contribuíram para melhorar esse panorama.

O Gráfico 1 abaixo retrata essa dinâmica de combate a inflação, com resultados positivos, porém de curta duração, que culminou num quadro de hiperinflação em 1989.



Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Censos (www.indec.gov.ar)

Já sob influência dos ideais do Consenso de Washington¹, o governo de Carlos Menem em 1989 tentou mais uma vez promover a abertura comercial do país. Ao eliminar barreiras e facilitar as importações, aumentou-se a concorrência que a indústria nacional teria que enfrentar. Foram afetadas, portanto, principalmente as pequenas e médias indústrias que, com desvantagens competitivas óbvias, não foram capazes de continuar operando. Dessa forma, intensificou-se o problema do desemprego argentino.

Carlos Menem e o Ministro da Economia, Domingo Cavallo, colocaram em prática um plano que criava uma nova moeda, o Peso (equivalente a 10.000 Austrais), e a indexava ao dólar americano, baseado na Lei de Conversibilidade de 1991. Por tal motivo, o plano recebeu a alcunha de Plano de Conversibilidade e era voltado para a estabilização da economia com o controle da inflação.

A Lei de Conversibilidade fixava a taxa de câmbio na paridade de um peso para um dólar. Mantendo o câmbio fixo e com isso controlando a inflação, o governo recuperaria sua credibilidade e a confiança dos investidores. Ainda influenciado pelo liberalismo, o plano previa a privatização das estatais, abertura da economia aos produtos estrangeiros com redução de tarifas e barreiras não-tarifárias, desregulamentação da economia, incentivo à previdência privada e atração de bancos estrangeiros.

A partir de agora, a emissão monetária era lastreada em ouro, ou moeda estrangeira, no caso, o dólar. O plano, portanto, impossibilitava que o governo se financiasse por esse meio, e tranquilizava os agentes econômicos internacionais. Foi responsável também pela instauração natural de um sistema bi monetário, já que o dólar era amplamente aceito no país em todo tipo de transação.

¹Consenso de Washington: conjunto de medidas estipulado num encontro promovido nos Estados Unidos pelo *International Institute for Economy*. As recomendações aos países em desenvolvimento da América Latina que estavam passando por problemas econômicos consistiam em: disciplina fiscal, maior eficiência dos gastos públicos, reforma fiscal, taxa de juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro, privatizações, desregulamentação e garantia do direito de propriedade intelectual.

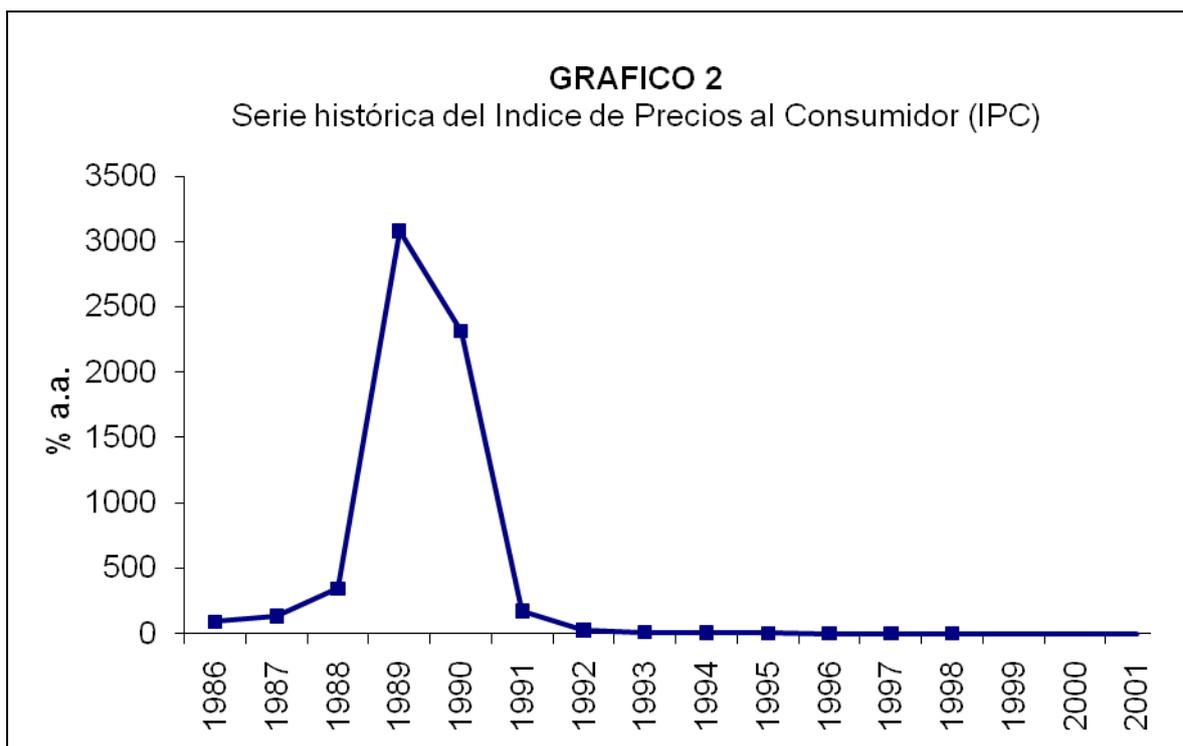
Krugman e Obstfeld (2007) listam os argumentos de economistas, contrários e a favor de taxas flutuantes de câmbio, à época das crises monetárias internacionais do fim da década de 60, sob o sistema de Bretton Woods². Uma alusão a essa argumentação pode ser feita para um melhor entendimento do que pretendia o Ministro da Economia argentino com a Lei da Conversibilidade.

Segundo Krugman e Obstfeld (2007), a adoção de uma taxa de câmbio fixa pode trazer a uma economia maior disciplina no combate à inflação, pois o compromisso em mantê-la evita a adoção de políticas fiscais e monetárias expansionistas que incorreriam em um viés inflacionário. Ademais, também protege o mercado monetário de perturbações e especulações desestabilizadoras; torna mais previsíveis os preços relativos internacionais, evitando danos ao comércio e investimentos; facilita a coordenação de políticas econômicas dos diferentes países, de modo que não prejudique outros; e, por fim, beneficia o comércio e o investimento internacional com valores monetários previsíveis, enquanto taxas flutuantes trariam apenas uma ilusão de maior autonomia.

Porém, entre os argumentos favoráveis às taxas flutuantes listados, estava a autonomia de política monetária. Isso se deve ao fato de que não há necessidade de intervir no mercado de moeda para fixar taxas de câmbio e, assim, os bancos centrais têm liberdade de uso da política monetária para atingir o equilíbrio interno e externo. A Argentina estava, portanto, abrindo mão dessa autonomia ao fixar o câmbio.

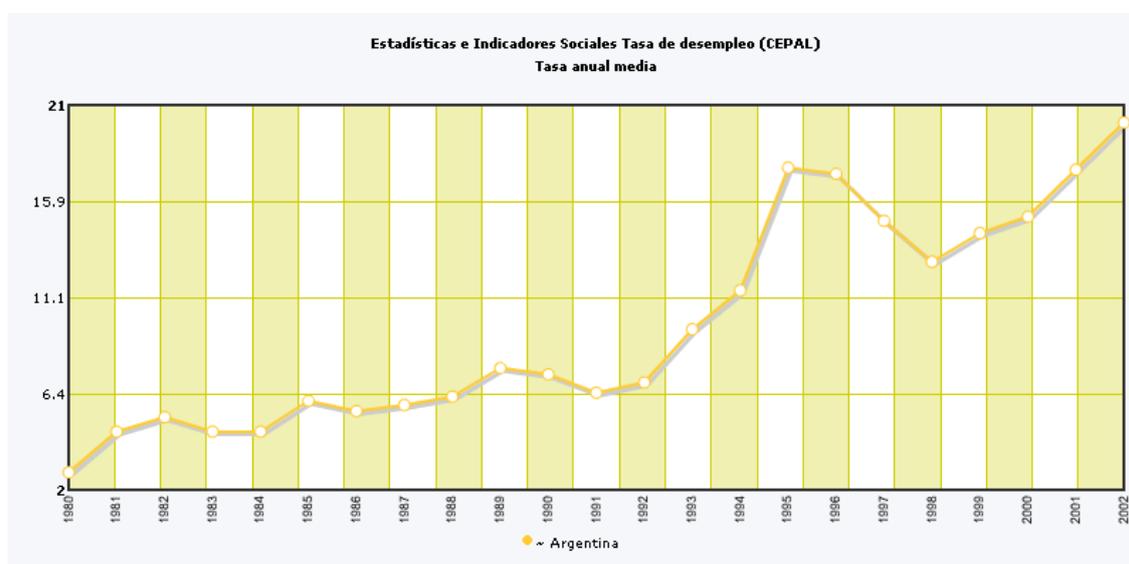
Durante os anos iniciais do plano, verificou-se diminuição expressiva da inflação pela primeira vez, bem como uma expansão considerável da renda. Conforme o gráfico 2 abaixo explicita, os ganhos com o Plano de Conversibilidade em termos de combate à inflação foram altamente positivos e com isso o governo manteve sua taxa de câmbio atrelada ao dólar pelos anos que se seguiram.

²Sistema de Bretton Woods: Reunião de 44 países em 1944 em Bretton Woods pretendia criar um sistema monetário internacional. O acordo firmado previa taxas fixas de câmbio em relação ao dólar americano e o preço do ouro fixo em dólares. Países mantinham suas reservas internacionais em dólares ou ouro.



Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Censos (www.indec.gov.ar)

No entanto, os gastos do governo seguiam altos, e a dívida pública crescia com as privatizações. A conta corrente também sofreu impactos negativos com a abertura comercial do Plano de Conversibilidade, devido à forte entrada de produtos importados com a paridade cambial e redução de tarifas. A preferência do mercado por produtos estrangeiros mais competitivos e de menor preço representou, mais uma vez, a falência de inúmeras empresas nacionais, aumentando a taxa de desemprego como evidencia o Gráfico 2.1 abaixo (Fonte e elaboração: CEPALSTAT).



A dependência externa que sustentava o crescimento econômico e a estabilidade dos preços do país se agravou com a crise do México de 1994. Com a desvalorização da moeda mexicana, os países latino-americanos passaram a ser alvo de desconfiança e houve fuga de capital externo. O chamado “efeito tequila” afetou também a Argentina, que com a falta de investimento estrangeiro teve seu nível de desemprego aumentado, piorando os índices de pobreza.

A crise mexicana freou o crescimento econômico argentino, que ao recuperar-se sofreu nova queda com a crise asiática de 1997 e a conseqüente evasão de divisas. O quadro caótico da economia argentina só veio a piorar nos anos que se seguiram, e a crise do país atingiu seu auge em 2001. O governo, agora nas mãos de Fernando de La Rúa, se viu obrigado a pôr fim à paridade cambial.

Entre outras ações, novas políticas econômicas foram desenhadas para tentar minimizar a crise argentina. Algumas medidas foram desesperadas, como as do chamado *Corralito* de Domingo Cavallo, que visavam proteger o sistema bancário de uma corrida bancária. Porém, nenhuma dessas políticas teve efeito concreto e a Argentina se viu na sua pior crise desde os anos 30, com outro aumento inflacionário.

TABELA 1 – INDICE DE PRECIOS AL CONSUMIDOR (IPC)

Ano	Var % a.a.
1970	13,6
1971	34,7
1972	58,5
1973	60,3
1974	24,2
1975	182,8
1976	444,0
1977	176,0
1978	175,5
1979	159,5
1980	100,8
1981	104,5
1982	164,8
1983	343,8
1984	626,7
1985	672,2
1986	90,1
1987	131,3
1988	343,0

Fonte: INDEC

Ano	Var % a.a.
1989	3079,5
1990	2314,0
1991	171,7
1992	24,9
1993	10,6
1994	4,2
1995	3,4
1996	0,2
1997	0,5
1998	0,9
1999	-1,2
2000	-0,9
2001	-1,1
2002	25,9
2003	13,4
2004	4,4
2005	9,6
2006	10,9
2007	8,8

Fonte: INDEC

A recuperação foi lenta, e as dificuldades competitivas e atraso da indústria devido à abertura comercial, tanto da década de 70 quanto de 90, fizeram com que o governo argentino use de artifícios comerciais para proteger seus produtores. Tal proteção foi, por vezes, adotada também contra membros do bloco regional do qual a Argentina faz parte, o MERCOSUL.

CAPÍTULO 4

COMPARAÇÃO COM O CASO BRASILEIRO

Tendo como plano de fundo o mesmo cenário internacional da década de 70 abordado no capítulo anterior, marcado pelas crises do petróleo e aumento das taxas de juros, o Brasil também sofreu com altas taxas de inflação. Com as exportações afetadas, o déficit em conta corrente passou a ser um inimigo do crescimento do país. A política econômica estava voltada para o financiamento através do II PND de 1974, e somada aos desdobramentos do aumento do preço internacional do petróleo, era responsável pela crise da dívida externa.

Situação essa que piorou em 1982 com a declaração da moratória mexicana. Como no caso argentino, a consequência foi a evasão de divisas, uma vez que a desconfiança impossibilitava o financiamento da dívida de países da América Latina. No caso do Brasil, houve uma estagnação da economia em função da crise da dívida e de um desequilíbrio fiscal, durante a chamada “década perdida” (anos 80).

Anteriormente, no governo Figueiredo em 1979, a posição do Ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen era de controlar os meios de pagamento e o crédito bancário, conter investimentos do governo e suas despesas com subsídios. Porém essa adequação restritiva da economia foi recebida com forte relutância. Assim, Simonsen saiu do Ministério e assumiu Delfim Netto.

As medidas propostas anteriormente foram mantidas, exceto as mudanças na taxa de câmbio que sofreria desvalorizações reais, e agora seria alterada por uma maxidesvalorização nominal. Tampouco foi suficiente para reverter a estagnação que se seguiria na década de 80.

Após assumir a presidência em 1985, José Sarney aprovou o Plano Cruzado a fim de solucionar o problema da inflação. Influenciado pela proposta de desindexação através de um choque heterodoxo, do economista Francisco Lopes da PUC-Rio, lançou-se mão do congelamento de preços e salários para reduzir o componente inercial da inflação. O Plano estabeleceu uma nova moeda para o país, o Cruzado, que seria desvalorizado diariamente através da chamada “Tablita” de conversão. Calcular-se-ia o salário em cruzados pela média dos últimos seis meses. Apesar do sucesso inicial, a estabilidade de preços não durou muito.

O combate à inflação inercial pelo congelamento dos preços da economia garantiu o êxito inicial tanto do Plano Cruzado, como do Plano Austral. No Brasil, chegou-se a conseguir uma diminuição do desemprego e dos níveis de pobreza, além do crescimento econômico relevante. Porém todas as conquistas do Plano vieram à tona com o aumento excessivo da demanda, devido a um maior poder de compra e da redução de taxas de juros nominais.

Impostos indiretos na compra de gasolina e automóveis, e também sobre compra de moedas estrangeiras e passagens internacionais foram criados pelo Cruzadinho. O novo pacote fiscal financiaria posteriormente o Plano de Metas de investimento público e privado, com o intuito de aumentar o crescimento do PIB. Não foi possível frear a demanda, uma vez que a expectativa de descongelamento de preços aumentou o consumo.

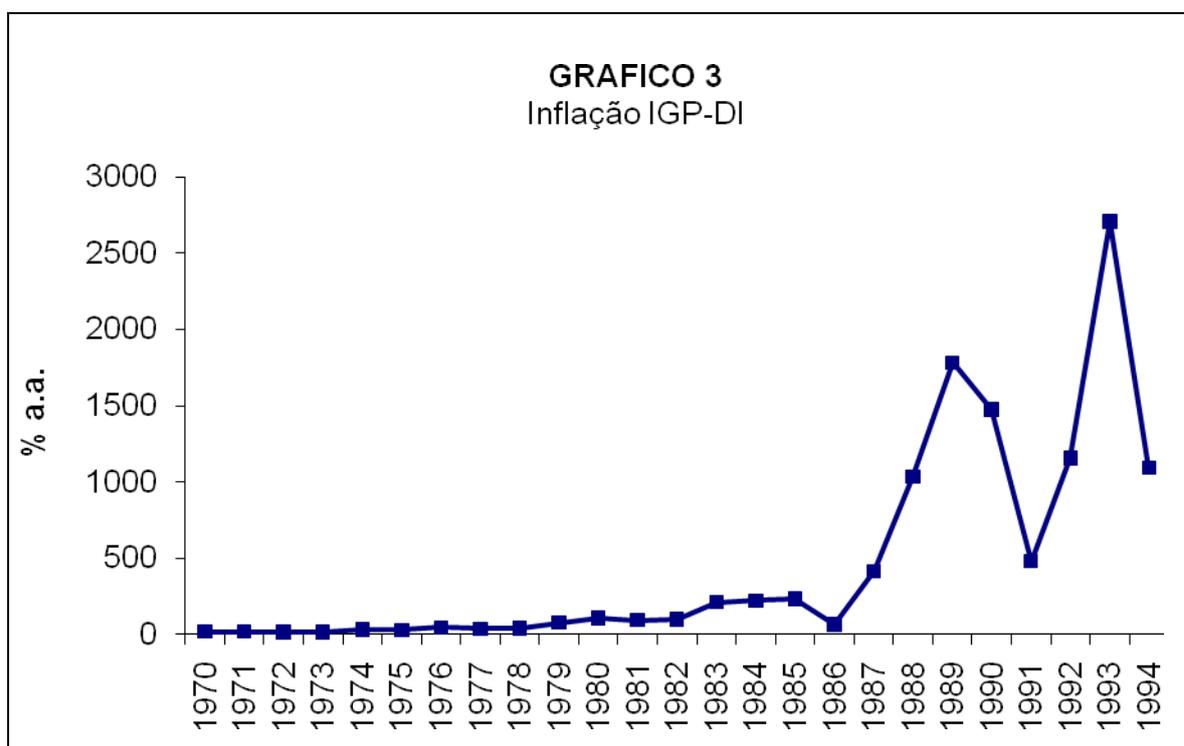
Depois do reajuste salarial e da aceleração inflacionária provocados pelo Plano Cruzado II, descongelaram-se os preços e o desequilíbrio comercial fez com que o governo suspendesse o pagamento da dívida externa. Desdobramentos tão negativos urgiam um novo plano, o Plano Bresser, lançado em 1987. Congelaram-se os preços e criou-se um indexador chamado Unidade de Referência de Preços para reajustar os salários e determinar tetos para novos ajustes posteriores. Acompanharam o plano políticas monetária e fiscal rigorosas, que apesar de tudo não conseguiram deter os avanços da dívida pública.

O Plano Verão congelou novamente os preços, serviços e tarifas, só que agora por tempo indeterminado e após ajuste de preços de combustíveis e energia elétrica. Não havia mais a correção monetária dos outros planos. Tentou-se aumentar as taxas de juros, porém sem ajuste fiscal. E o resultado foi novamente uma aceleração inflacionária.

O governo Collor de Mello e seu vasto programa de privatizações também apostaram no congelamento de preços para o Plano Collor I. Entre suas diretrizes estavam uma reforma monetária objetivando reduzir a liquidez, uma reforma fiscal que solucionasse o déficit público. No que diz respeito às taxas de câmbio, o regime agora era de taxas flutuantes e foi promovida uma abertura comercial com redução de tarifas às importações.

Para reduzir a liquidez, o governo bloqueou os depósitos à vista e em poupança, além das aplicações em *overnight* e fundos de curto prazo. Esse tipo de confisco representou um entrave à produção industrial interna gerando demissões e diminuição dos salários. Porém, ao menos se conseguiu eliminar o déficit fiscal.

Ainda na tentativa de dominar a inflação, mais um plano foi proposto, o Plano Collor II. O aumento na taxa de juros surtiu pouco efeito, pois o presidente Collor sofreu o *impeachment* em 1992. Conforme observado no Gráfico 3 abaixo, os planos econômicos lançados até a saída de Collor, pouco fizeram para diminuir a inflação.



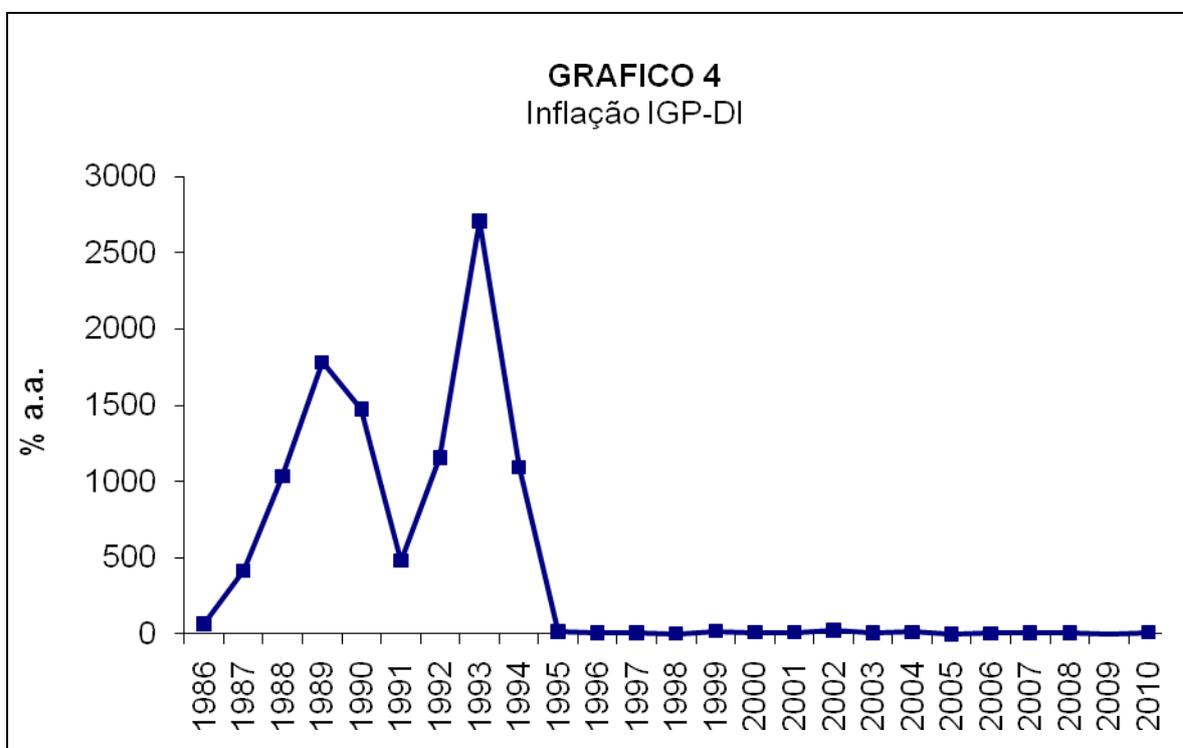
Fonte: Ipeadata; Dados FGV.

Em 1994, com a proposta Larida, o então presidente Itamar Franco cria a Unidade Real de Valor (URV) como moeda temporária, dando o primeiro passo para implementar o Plano Real.

Da mesma maneira que o Plano de Conversibilidade, o Plano Real investiu na estratégia de abertura econômica. O empresariado brasileiro sofreu o mesmo problema do argentino, pois tampouco estava preparado para competir com os produtos importados, incorrendo também no desemprego e na pobreza.

O Plano Real consolidado no governo Fernando Henrique Cardoso, foi responsável pelo controle da inflação e pela estabilidade econômica. A criação da URV indexada ao dólar e sua posterior transformação em Real, com câmbio fixo em um para um, fugiu do padrão dos planos anteriores de congelamento de preços. O déficit público foi controlado com o Fundo Social de Emergência.

A inflação foi controlada de vez e só voltou a subir em 1999, com o fim da taxa de câmbio fixo. Ressalta-se, no entanto, que o aumento foi pequeno e que o índice não voltou às antigas taxas. Sobre a desindexação, o sistema de bandas cambiais decrescentes garantiu uma transição com menos impacto. O Gráfico 4 abaixo demonstra os efeitos expressivos do Plano Real no controle da inflação.



Fonte: Ipeadata; Dados FGV.

Para fugir dos efeitos da crise mexicana e posteriormente da crise asiática mencionados no capítulo anterior, o aumento da taxa de juros foi um importante instrumento e trouxe de volta reservas internacionais que haviam evadido. Assim como na Argentina, a estabilidade de preços teve um custo social, que foi o aumento do desemprego e da pobreza com a abertura econômica.

TABELA 2 – HISTÓRICO DA INFLAÇÃO NO BRASIL (IGP-DI)

Ano	Var % a.a.
1970	19,3
1971	19,5
1972	15,7
1973	15,5
1974	34,5
1975	29,4
1976	46,3
1977	38,8
1978	40,8
1979	77,2
1980	110,2
1981	95,2
1982	99,7
1983	211,0
1984	223,8
1985	235,1
1986	65,0
1987	415,8
1988	1037,6
1989	1782,9
1990	1476,7
1991	480,2
1992	1157,8
1993	2708,2
1994	1093,9
1995	14,8
1996	9,3
1997	7,5
1998	1,7
1999	20,0
2000	9,8
2001	10,4
2002	26,4
2003	7,7
2004	12,1
2005	1,2
2006	3,8
2007	7,9
2008	9,1
2009	-1,4
2010	11,3

Fonte: Ipeadata

CAPÍTULO 5

MEDIDAS PROTECCIONISTAS ARGENTINAS

Entre os instrumentos de proteção que podem ser adotados por um país para a defesa de seus interesses, segundo Hoekman e Kostecki (2002), destacam-se:

- Tarifas de Importação
 - *Ad Valorem* – paga-se uma porcentagem do preço do produto como taxa de importação
 - Específica – valor pago por quantidade (kg ou toneladas) de produto importado; mais comum para produtos agrícolas e garante proteção maior à volatilidade do preço internacional, uma vez que variações no preço não alteram valor cobrado.
 - Mista – *Ad Valorem* + Específica
 - Sazonal – tarifa muda nos períodos de safra de produção
- Barreiras Não-Tarifárias
 - Quotas – Limitam a quantidade que será importada com tarifa reduzida, ou até mesmo sem tarifa.
 - Licenciamento não-automático – Necessidade de aprovação governamental para a entrada de certos tipos de produtos; Comum à importação de medicamentos; OMC estipula o prazo máximo de 60 dias.
 - Outras taxas que não tarifas – exemplo: Taxa de Estatística
 - Preços de Referência – Quando o preço declarado na guia de importação for menor que o valor de fato, cobra-se uma taxa sobre o preço de referência (catalogado anteriormente)
- Barreiras Técnicas

Regulamentos e normas que discriminam contra produtos importados; Maior rigor das exigências de normas técnicas para produtos importados se comparadas às aplicadas aos produtos nacionais.

- Direitos Antidumping

Quando a prática de dumping (preço de exportação menor que o preço cobrado no mercado doméstico) causa dano à indústria do país importador, este pode usar seus direitos antidumping para compensar sua perda. O direito exigido sobre as importações deve ser menor ou igual a essa diferença de preço. Há discriminação de países, isto é, a medida é direcionada apenas ao país que praticou dumping.

- Salvaguardas

Estabelecimento de quotas ou elevação de tarifas de importação para proteger a indústria doméstica de surto de importações; É uma medida geral, não discrimina países.

- Medidas Compensatórias

Quando subsídio do país produtor torna o produto importado mais barato ameaçando a indústria nacional, o país importador pode exigir compensação em outros setores.

Um acordo de livre comércio tem por objetivo aumentar a eficiência alocativa reduzindo ao mínimo, e às vezes eliminando, os instrumentos de proteção. Com esse intuito foi criado o MERCOSUL, e esses tipos de barreiras não deveriam ser adotados contra países membros, somente talvez de forma unificada contra países extra bloco. Sem coordenação macroeconômica e enfrentando dificuldades, os integrantes do bloco acabam por adotar medidas protecionistas independentes, inclusive contra seus parceiros regionais.

No processo de liberalização comercial que deveria acompanhar o surgimento do MERCOSUL, a Argentina não foi capaz de coordenar sua estrutura institucional, de articular iniciativas público-privadas e de atrair o empresariado como sistema de apoio. Com a crise da conversibilidade, impostos de exportação foram estipulados, para diminuir o impacto da variação cambial na inflação doméstica e para garantir uma maior arrecadação governamental frente às incertezas do futuro. Apesar da redução de grande parte das tarifas de importação, passaram a ser parte da política comercial

argentina os mecanismos de proteção não tarifários como forma de defesa de setores ameaçados.

A partir de 1999, o país utilizou direitos antidumping e salvaguardas para garantir a saúde dos setores mais ameaçados com importações. Além disso, subsídios e medidas compensatórias para produtos que competem intra bloco são amplamente utilizados.

Com a crise argentina de 2001 e a perda da competitividade da indústria doméstica, para proteger suas empresas, a Argentina se viu obrigada a adotar protecionismo para diminuir o fluxo de importações de produtos brasileiros.

A negociação da utilização de salvaguardas no MERCOSUL foi proposta pela Argentina, depois da expansão das exportações brasileiras com a desvalorização do Real. Com mudanças na primeira proposta, foi implementado o Mecanismo de Adaptação de Competitividade em fevereiro de 2006, que possibilitava o uso de salvaguardas para promover a recuperação de setores debilitados. Esses setores teriam 90 dias para apresentar um plano de investimento (Programa de Adaptação Competitiva) para sua recuperação, de modo a tornar limitado o período de vigência da barreira.

Segundo relatório da Confederação Nacional das Indústrias de 2009, os produtos os quais são abrangidos pelo MAC não sofreram muitas alterações desde 2006. Porém, outras medidas protecionistas foram usadas pela Argentina para dificultar a entrada de produtos brasileiros, como por exemplo, da linha-branca - fogões, geladeiras e máquinas de lavar. Além desses produtos, papel e calçados também apresentam histórico de restrição voluntária e de licenças não-automáticas de importações. Apesar de já existirem negociações sobre limites de quantidades, ainda assim lança-se mão de licenças não-automáticas.

O relatório ainda discorre sobre medidas antidumping adotadas contra *denim* e tecidos de algodão, que foram substituídos por acordos de monitoramento de comércio, quotas e licenças não-automáticas. Em 2009, os pneumáticos também entraram na lista de produtos que estão sujeitos a licenças não-automáticas na Argentina. Em 2007 havia 58 produtos sujeitos a esse regime, mas já em 2009 esse número cresceu para 263, envolvendo os setores de calçados, brinquedos, papel, têxtil, metalúrgico e linha-branca.

O constante interesse argentino em defender sua indústria, fere os objetivos de integração do bloco regional. Verifica-se assim, um entrave à rapidez da integração e instaura-se a dúvida de que os quatro países seriam capazes de caminhar em direção a uma União Aduaneira Perfeita.

CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES

Conforme abordado nos capítulos anteriores, o MERCOSUL foi criado com o objetivo de criar comércio entre os países participantes. Nesse sentido obteve sucesso mesmo com todas as dificuldades econômicas de Brasil e Argentina durante o combate à inflação. Pode-se inclusive dizer que os estímulos ao livre comércio, tanto do Plano de Conversibilidade quanto do Plano Real, foram essenciais para aumentar o fluxo entre esses dois países membros.

Porém, é também aí que reside o início da estagnação da integração do bloco. Em função da grande entrada de produtos importados com a abertura comercial, as indústrias locais enfrentaram problemas de competitividade, sendo muitas delas levadas à falência, aumentando o desemprego em cada país. Nesse sentido, para proteger a indústria nacional, ambos os países utilizavam instrumentos de proteção para os setores mais sensíveis.

No caso do comércio específico entre Brasil e Argentina, a situação ficou mais crítica quando o governo brasileiro promoveu a desvalorização do Real em 1999. A Argentina, ainda com a paridade de câmbio fixa, se viu com enormes desvantagens comparativas em relação aos produtos brasileiros, que chegavam ao seu mercado em grande quantidade e com o preço mais baixo que o de seus produtos. Portanto, a utilização de medidas protecionistas contra o Brasil passou a ser necessária.

A aprovação do MAC, as licenças não automáticas, medidas antidumping e todas as outras formas de protecionismo utilizadas contra os países membros do MERCOSUL, dificultam a evolução da integração do bloco regional e desviam o comércio para o âmbito multilateral. Portanto, as medidas adotadas pela Argentina para minimizar os efeitos da crise interna e externa sobre sua indústria são extremamente prejudiciais ao comércio intra-bloco. Quanto mais protecionismo for utilizado, mais distante estará o bloco de uma União Aduaneira Perfeita.

Acredita-se que para estimular uma maior integração os países deveriam coordenar suas políticas macroeconômicas, e interligar suas cadeias produtivas. Outro ponto importante, no âmbito político, seria alinhar seu posicionamento externo e traçar um conjunto de diretrizes para a integração. Alternativamente, há a opção de maior foco no campo multilateral, ao invés de persistir na aproximação regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAWRENCE, R.. Regionalism, Multilateralism and Deeper Integration. Brookings Institution, EUA, 1996.

HOEKMAN, B.; MATOO, A.; ENGLISH, P.. Development, Trade and the WTO. The World Bank, Washington, 2002.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M.. Economia Internacional – Teoria e Política. Pearson Addison Wesley, 2007.

HOEKMAN, B; KOSTECKI, M.. The Political Economy of the World Trading System. Oxford University Press, 2002.

RIOS, S. P.. Mercosur: Dilemas y alternativas de la agenda comercial, in Mercosur: en busca de una nueva agenda. INTAL-ITD, Documento de Trabajo – IECI – 06c. Buenos Aires: BID/INTAL, 2003.

FERRER, A.. Subdesenvolvimento, dependência e integração: os dilemas da relação Argentina-Brasil. Revista Brasileira de Comercio Exterior, n. 64, 2000.

FANELLI, J.; HEYMANN, D.. Dilemas Monetarios en la Argentina. Desarrollo Económico, abril-junio, 2002.

ZAHLER, R.; BYDNEVICH, C.. Integración financiera y coordinación macroeconómica en el MERCOSUR, in Carrera, J.; Sturzenegger, F.. Coordinación de Políticas Macroeconômicas en el MERCOSUR . México: Fondo de Cultura Econômica, 2000.

HEYMANN, D.. Buscando la tendencia: crisis macroeconomica y recuperacion en la Argentina. Oficina de la CEPAL en Buenos Aires, 2006.

KUME, H.. Mercosul: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio, in Brasil: Revista de Economia Política, vol. 25, nº 4, p. 370-390, 2005.

QUESADA, E. M.. Cajas de conversión: características, principios operativos y implicaciones de política. Banco Central de Costa Rica, DIE-EC-22-97, 1997.

GIAMBIAGI, F. VILLELA, A.. Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). Ed Campus, 2004.